



TESOURO NACIONAL

RTN
2021
Outubro

Publicado em
29/11/2021

Resultado do Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central
Brasil – 2020/2021 – Valores Nominais

R\$ Milhões

Resultado Primário do Governo Central - Brasil - 2020/2021

Discriminação	Jan-Out		Variação (2021/2020)		Outubro		Variação (2021/2020)	
	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)	2020	2021	% Nominal	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	1.166.515	1.553.005	33,1%	23,5%	153.573	182.806	19,0%	7,6%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	207.369	278.889	34,5%	24,8%	20.331	26.622	30,9%	18,3%
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	959.146	1.274.116	32,8%	23,2%	133.243	156.184	17,2%	5,9%
IV. DESPESA TOTAL	1.640.011	1.327.520	-19,1%	-25,0%	136.661	127.989	-6,3%	-15,4%
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV + V)	-680.865	-53.404	-92,2%	-92,8%	-3.419	28.195	-	-
Tesouro Nacional	-427.987	188.425	-	-	6.263	44.202	605,8%	537,7%
Banco Central	-501	-410	-18,2%	-23,5%	-44	108	-	-
Previdência Social (RGPS)	-252.377	-241.419	-4,3%	-11,4%	-9.638	-16.114	67,2%	51,1%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-11,2%	-0,8%	-	-	-0,5%	3,8%	-	-

Memorando:

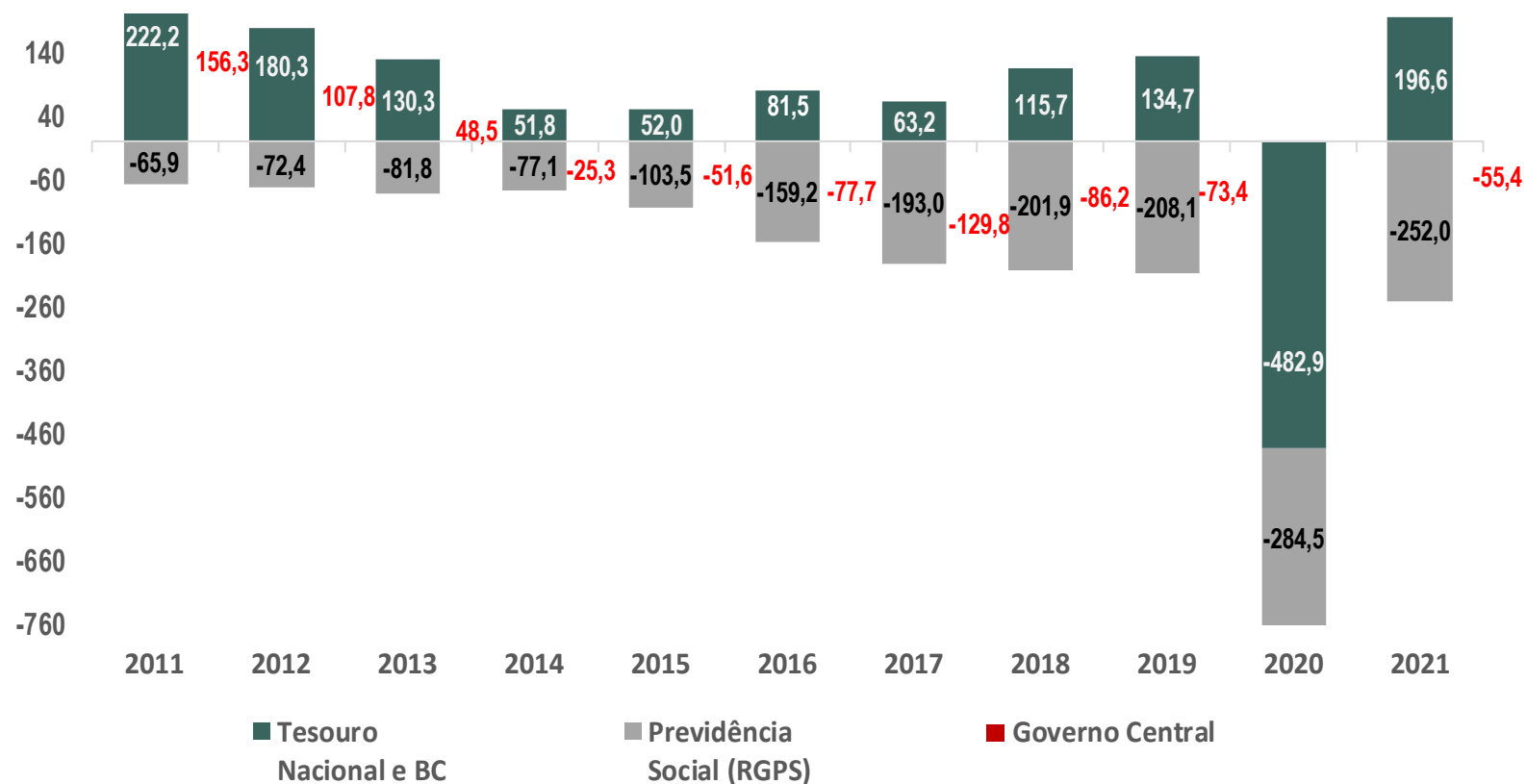
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	-428.488	188.016	-	-	6.219	44.310	612,5%	543,8%
---	----------	---------	---	---	-------	--------	--------	--------

Em **outubro de 2021**, houve **superávit primário de R\$ 28,2 bilhões**, frente a déficit de **R\$ 3,4 bilhões em outubro de 2020** (valores nominais).

No acumulado até outubro de 2021, houve déficit de R\$ 53,4 bilhões frente a déficit de R\$ 680,9 bilhões em 2020 (em valores nominais). Resultado influenciado pela evolução da arrecadação bem como pela focalização dos gastos em resposta à crise Covid-19.

Resultado Fiscal do Governo Central

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado no ano – Componentes
Brasil – 2011/2021 – R\$ Bilhões – A preços de out/21– IPCA

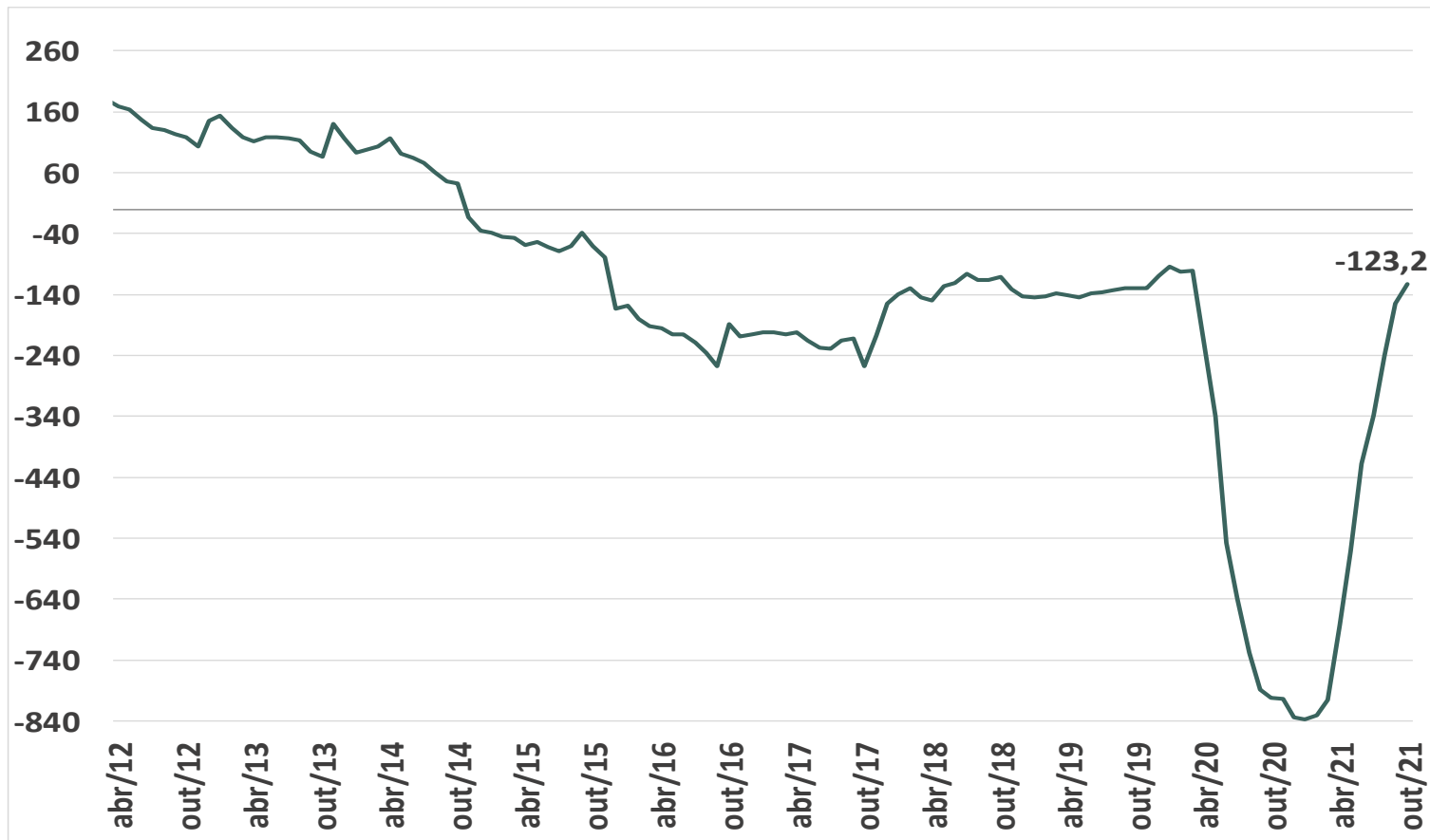


Até outubro de 2021, a **Previdência Social (RGPS)** registrou **déficit de R\$ 252,0 bilhões** (a preços de out/21), enquanto o **Tesouro Nacional** e o **Banco Central** apresentaram **superávit de R\$ 196,6 bilhões**.

Fonte: Tesouro Nacional

Resultado Fiscal do Governo Central

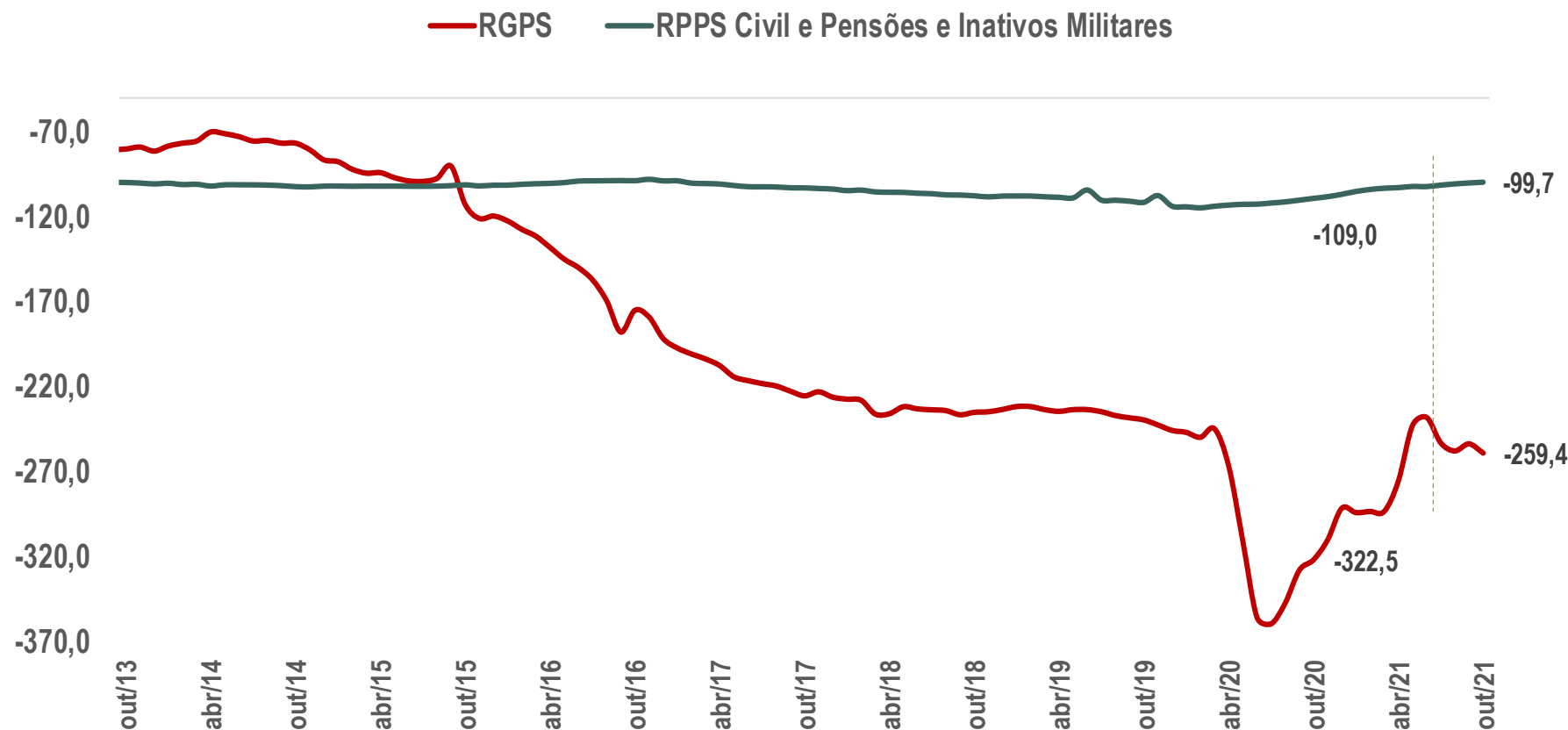
Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses
Brasil – 2012/2021 – R\$ Bilhões – A preços de out/21– IPCA



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até out/2021) foi de **déficit de R\$ 123,2 bilhões**, equivalente a **1,4% do PIB**.

Evolução do Resultado do RGPS, RPPS Civil, e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses – Brasil – 2014/2021 – R\$ Bilhões – A preços de out/21- IPCA



* Inclui FCDF.

Total do déficit
**RGPS + RPPS Civil e
Pensões/Inativos
Militares = R\$ 359,1
bilhões (4,1% do PIB)** no
Governo Central no
acumulado em 12 meses
até outubro de 2021, a
preços de out/2021 –
IPCA.

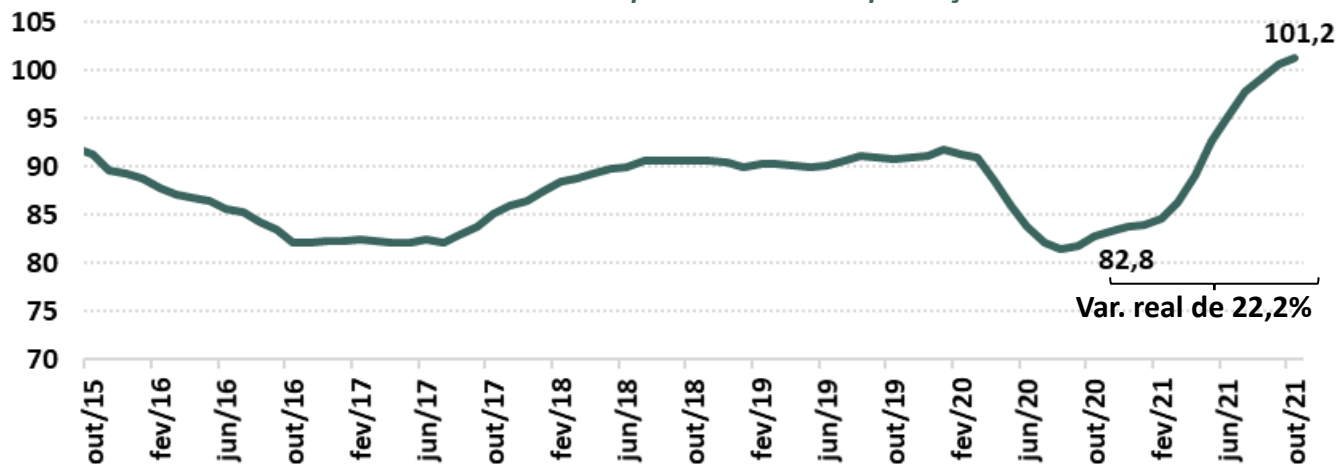
A redução do déficit do
RGPS entre out/20 e
out/21 em R\$ 63,0 bi
deveu-se ao efeito
conjunto da redução em
R\$ 28,7 bi dos benefícios
previdenciários e da
elevação de R\$ 34,3 bi da
arrecadação líquida do
RGPS.

Receitas do Governo Central

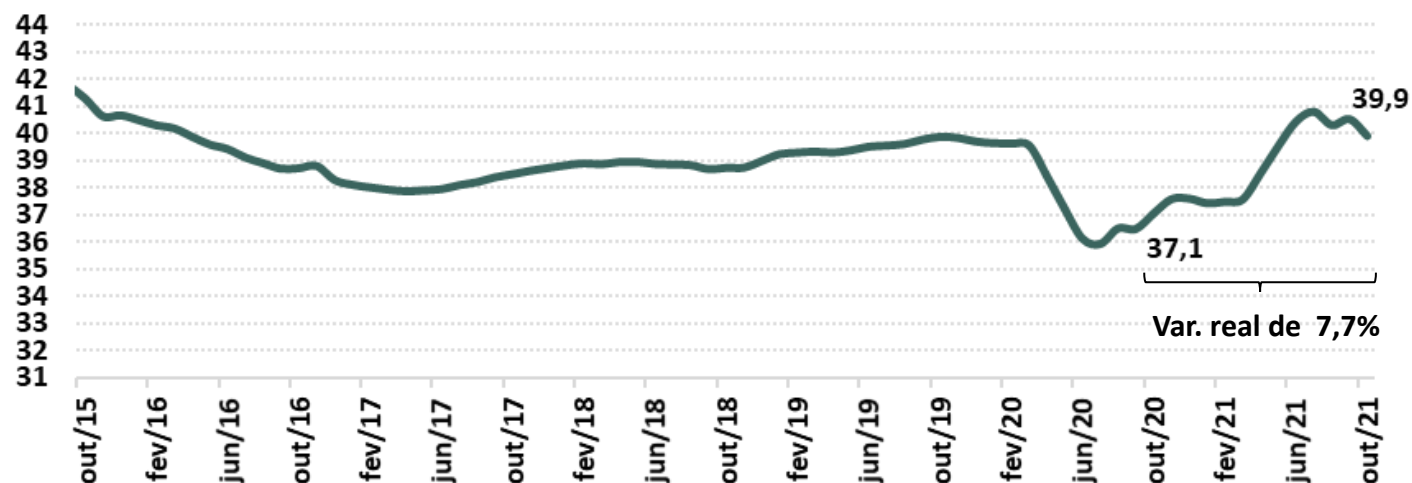
Receita Administrada e Arrecadação Líquida para o RGPS

Média Móvel Mensal (12 meses) – R\$ Bilhões – A preços de out/21- IPCA

Receita Administrada pela RFB – Sem repatriação



Arrecadação Líquida para o RGPS



A média móvel em 12 meses da **Receita Administrada** pela RFB apresentou elevação real de **22,2%** em relação a outubro de 2020, enquanto a variação registrada pela **arrecadação líquida para o RGPS** foi de **7,7%**.

A dinâmica recente da arrecadação foi afetada pelo impacto sobre a atividade e diferimentos decorrentes da pandemia COVID-19.

Receitas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Mensal – 2020/2021 – A preços de out/21- IPCA – R\$ Milhões

R\$ milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021				
Discriminação	Outubro		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
I. RECEITA TOTAL	169.963,7	182.805,9	12.842,2	7,6%
I.1 Receita Administrada pela RFB	106.371,2	114.386,3	8.015,0	7,5%
Imposto de Importação	4.878,1	5.307,6	429,5	8,8%
IPi	6.446,9	6.061,2	-385,7	-6,0%
Imposto de Renda	42.221,7	50.667,7	8.446,0	20,0%
IOF	1.096,9	4.896,0	3.799,0	346,3%
COFINS	30.141,5	24.145,9	-5.995,6	-19,9%
PIS/PASEP	8.424,5	6.508,2	-1.916,2	-22,7%
CSLL	10.366,7	14.094,6	3.727,9	36,0%
CIDE Combustíveis	253,8	186,0	-67,8	-26,7%
Outras	2.541,2	2.519,1	-22,1	-0,9%
I.2 Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	45.920,2	38.366,8	-7.553,3	-16,4%
Urbana	44.984,6	37.378,1	-7.606,5	-16,9%
Rural	935,6	988,7	53,2	5,7%
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	17.672,3	30.052,8	12.380,5	70,1%
Concessões e Permissões	164,5	3.231,8	3.067,3	-
Dividendos e Participações	199,4	13,7	-185,7	-93,1%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.547,4	1.372,0	-175,4	-11,3%
Exploração de Recursos Naturais	9.293,4	17.148,5	7.855,1	84,5%
Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	1.038,5	1.204,8	166,4	16,0%
Contribuição do Salário Educação	1.884,6	1.898,0	13,4	0,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	19,6	19,6	-
Demais Receitas	3.544,6	5.164,4	1.619,8	45,7%
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	22.500,5	26.621,8	4.121,3	18,3%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	147.463,2	156.184,1	8.720,8	5,9%

Em outubro de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 12,8 bilhões (7,6%) em termos reais**, frente a outubro de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

- *aumento de R\$ 8,0 bilhões na receita administrada pela RFB;*
- *diminuição de R\$ 7,6 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS; e*
- *elevação de R\$ 12,4 bilhões nas receitas não administradas.*

A receita líquida apresentou crescimento de R\$ 8,7 bilhões.

Receitas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de out/21 - IPCA – R\$ Milhões

Receitas Primárias do Governo Central - Brasil - 2020/2021					R\$ Milhões
Discriminação	Jan-Out		Variação		
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)	
I. RECEITA TOTAL	1.310.616,8	1.618.720,2	308.103,5	23,5%	
I.1 Receita Administrada pela RFB	811.934,4	1.021.592,8	209.658,5	25,8%	
Imposto de Importação	40.460,4	53.214,8	12.754,4	31,5%	
IPI	48.436,0	60.797,4	12.361,5	25,5%	
Imposto sobre a Renda	350.065,0	442.087,3	92.022,3	26,3%	
IOF	21.147,3	39.960,6	18.813,3	89,0%	
COFINS	196.538,8	233.103,8	36.565,0	18,6%	
PIS/PASEP	55.736,2	64.761,2	9.025,0	16,2%	
CSLL	75.041,9	102.600,6	27.558,7	36,7%	
CIDE Combustíveis	2.131,1	1.443,5	-687,6	-32,3%	
Outras Administradas pela RFB	22.377,6	23.623,6	1.246,0	5,6%	
I.2 Incentivos Fiscais	-155,5	-89,6	65,9	-42,4%	
I.3 Arrecadação Líquida para o RGPS	345.906,3	373.648,2	27.741,8	8,0%	
Urbana	338.320,9	364.558,4	26.237,5	7,8%	
Rural	7.585,4	9.089,8	1.504,4	19,8%	
I.4 Receitas Não Administradas pela RFB	152.931,6	223.568,8	70.637,3	46,2%	
Concessões e Permissões	8.298,7	6.820,0	-1.478,6	-17,8%	
Dividendos e Participações	5.847,2	22.731,4	16.884,3	288,8%	
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	14.889,8	14.403,5	-486,3	-3,3%	
Exploração de Recursos Naturais	55.666,0	86.331,1	30.665,1	55,1%	
Receitas Próprias e de Convênios	11.920,6	13.791,2	1.870,7	15,7%	
Contribuição do Salário Educação	18.723,2	19.165,7	442,5	2,4%	
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	35,8	19,6	-16,2	-45,2%	
Operações com Ativos	1.289,4	0,0	-1.289,4	-100,0%	
Demais Receitas	36.261,1	60.306,3	24.045,2	66,3%	
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	233.232,4	291.006,4	57.773,9	24,8%	
III. RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.077.384,3	1.327.713,9	250.329,5	23,2%	

No acumulado até outubro de 2021, a **receita total** apresentou **elevação de R\$ 308,1 bilhões (23,5%) em termos reais**, frente a mesmo período de 2020.

Essa variação decorre do efeito conjunto da:

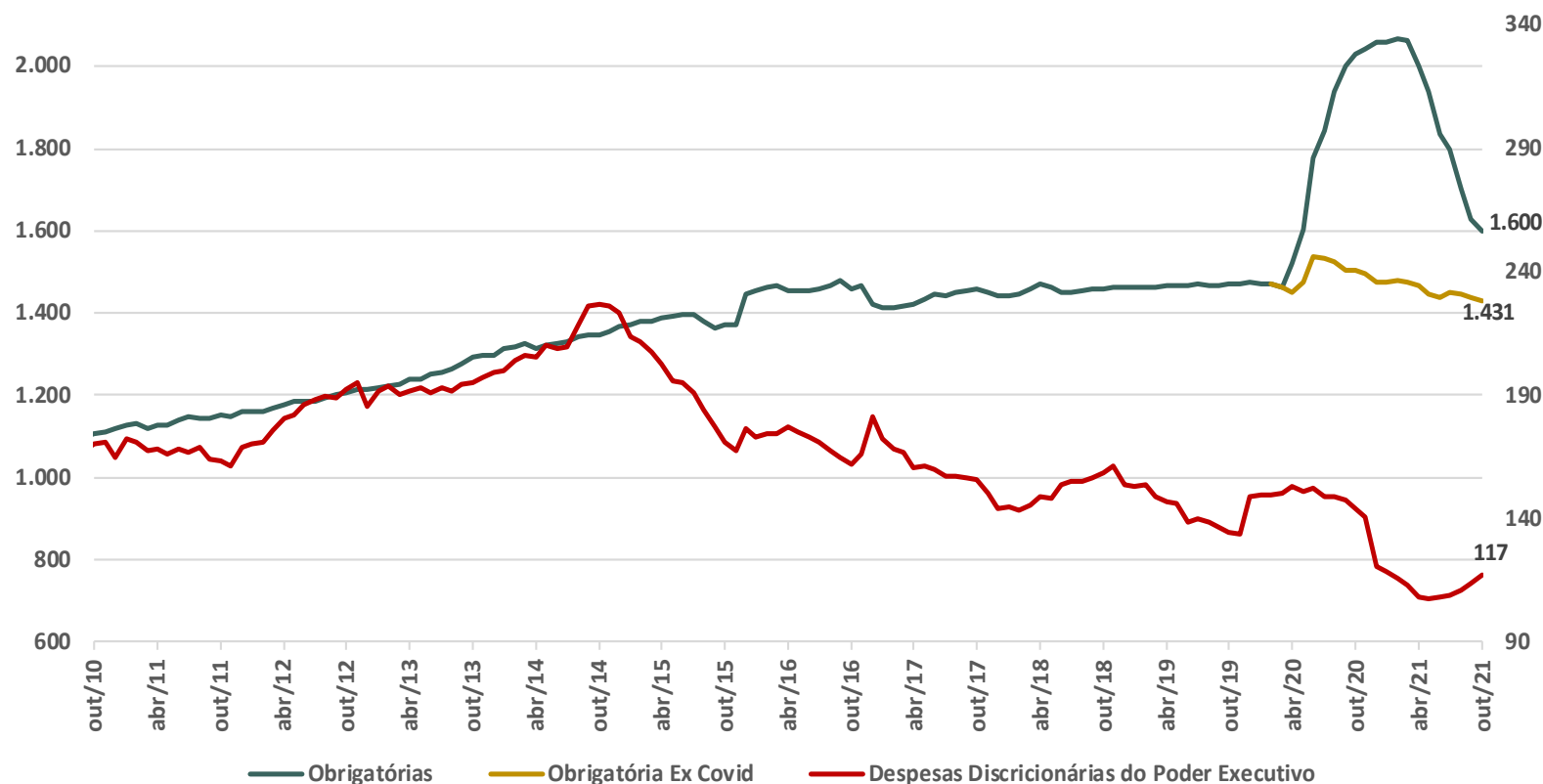
- elevação de R\$ 209,7 bilhões na receita administrada pela RFB;
- crescimento de R\$ 70,6 bilhões nas receitas não administradas; e
- aumento de R\$ 27,7 bilhões na arrecadação líquida para o RGPS.

A receita líquida apresentou elevação de R\$ 250,3 bilhões (23,2%) em termos reais frente ao acumulado até outubro de 2020.

A RFB estima redução de aproximadamente R\$ 38,2 bilhões no diferimento de tributos no período de jan-out/21 em comparação ao mesmo período de 2020.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* – Acumulado 12 meses
Brasil - 2010 a 2021: R\$ Bilhões – A preços de out/21- IPCA



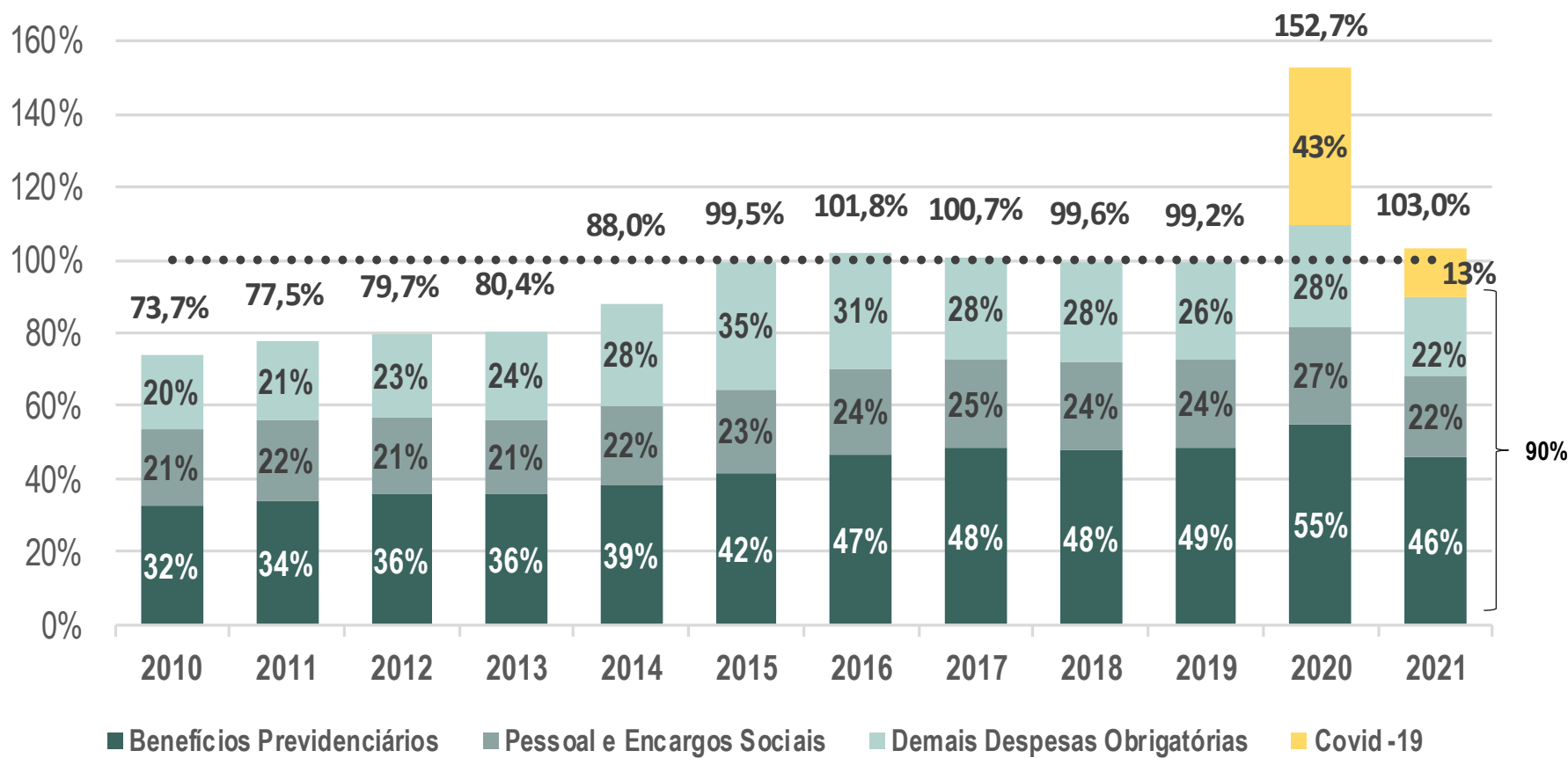
Importante destacar que as despesas referentes às políticas de combate à COVID-19 serão classificadas majoritariamente como obrigatórias. Essa classificação decorre do fato de que as despesas executadas via crédito extraordinário, mesmo que discricionárias, acabam ganhando status de despesa obrigatória, haja vista seu caráter emergencial.

Excluídos os **R\$ 168,8 bilhões** de despesas em resposta à **crise COVID-19**, as despesas obrigatórias acumuladas em 12 meses (a preços de out/21) apresentam trajetória estável.

* Desconsidera a capitalização Petrobrás realizada em dezembro de 2010 e o pagamento à Petrobrás referente cessão onerosa de dezembro de 2019.

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas Obrigatórias como proporção da Receita Líquida** – Brasil*
2010 a 2020: Anual; 2021: Acumulado em 12 meses até outubro



Desde 2015, as despesas obrigatórias consomem a totalidade da receita líquida.

O crescimento dos percentuais de 2020 e 2021 em relação aos anos anteriores se deve às despesas relativas à COVID-19.

Observa-se redução do percentual relacionado à crise Covid-19 em 2021 devido à queda desses gastos na composição da despesa total.

*Despesas obrigatórias incluem despesas com controle de fluxo obrigatórias.

** Exclui as receitas da cessão onerosa.

Fonte: Tesouro Nacional

Despesas do Governo Central

Resultado no Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de out/21- IPCA – R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Outubro		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	151.246,7	127.989,0	-23.257,7	-15,4%
IV.1 Benefícios Previdenciários	56.586,3	54.481,3	-2.105,0	-3,7%
Benefícios Previdenciários - Urbano	44.979,8	43.323,5	-1.656,2	-3,7%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	925,3	1.107,3	182,0	19,7%
Benefícios Previdenciários - Rural	11.606,5	11.157,7	-448,8	-3,9%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	240,1	286,3	46,2	19,3%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	27.187,3	24.738,3	-2.449,0	-9,0%
Dq/ Sentenças Judiciais e Precatórios	370,9	226,8	-144,1	-38,9%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	46.328,7	26.018,3	-20.310,5	-43,8%
Abono e Seguro Desemprego	4.238,9	2.582,8	-1.656,1	-39,1%
Apoio Fin. EE/MM	4.002,7	0,0	-4.002,7	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.782,9	5.747,3	-35,6	-0,6%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	34.762,2	12.010,2	-22.752,0	-65,5%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	671,8	511,7	-160,1	-23,8%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	1.237,7	2.163,7	926,1	74,8%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	928,6	836,4	-92,2	-9,9%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,4	332,4	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	238,8	275,8	36,9	15,5%
Subsídios, Subvenções e Proagro	-5.965,0	787,7	6.752,7	-
Impacto Primário do FIES	-31,8	301,3	333,1	-
Demais	461,8	469,1	7,2	1,6%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	21.144,4	22.751,2	1.606,8	7,6%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	12.925,8	11.161,9	-1.763,9	-13,6%
Discricionárias	8.218,6	11.589,2	3.370,6	41,0%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	63.336,5	39.286,8	-24.049,7	-38,0%
Outras Despesas de Custeio	54.801,8	36.096,4	-18.705,4	-34,1%
Outras Despesas de Capital	8.534,7	3.190,5	-5.344,2	-62,6%

R\$ milhões

A **despesa total** de outubro de 2021, contra outubro de 2020, **apresentou queda de R\$ 23,3 bilhões (15,4%) em termos reais.**

Variação determinada principalmente por:

- R\$ 22,8 bi em Créditos Extraordinários;
- R\$ 4,0 bi em Apoio Fin. EE/MM; e
- + R\$ 6,8 bi em Subsídios, Subvenções e Proagro.

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios, subvenções e Proagro, LOAS/RMV, auxílio à CDE e despesa com fabricação de cédulas e moedas.

Despesas do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2020/2021 – A preços de out/21 - IPCA – R\$ Milhões

R\$ Milhões

Despesas Primárias do Governo Central - Brasil -2020/2021				
Discriminação	Jan-Out		Variação	
	2020	2021	Diferença	% Real (IPCA)
IV . DESPESA TOTAL	1.844.806,1	1.383.120,9	-461.685,2	-25,0%
IV.1 Benefícios Previdenciários	630.441,3	625.613,7	-4.827,5	-0,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano	502.605,3	497.232,5	-5.372,8	-1,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	127.836,0	128.381,3	545,2	0,4%
IV.2 Pessoal e Encargos Sociais	290.120,0	276.510,4	-13.609,5	-4,7%
IV.3 Outras Despesas Obrigatórias	718.044,2	277.639,9	-440.404,3	-61,3%
Abono e Seguro Desemprego	58.390,8	41.841,5	-16.549,3	-28,3%
Apoio Fin. EE/MM	87.761,6	0,0	-87.761,6	-100,0%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	58.662,4	59.064,2	401,8	0,7%
Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	35,8	19,6	-16,2	-45,2%
Créditos Extraordinários (exceto PAC)	420.866,9	111.664,3	-309.202,5	-73,5%
Fundeb/Fundef - Complementação da União	15.277,2	18.040,0	2.762,9	18,1%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	9.216,3	8.520,9	-695,4	-7,5%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	4.400,6	4.400,6	-
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	25.024,6	18.988,8	-6.035,8	-24,1%
Subsídios, Subvenções e Proagro	26.453,5	6.171,1	-20.282,4	-76,7%
Impacto Primário do FIES	-378,4	-1.990,6	-1.612,2	426,0%
Demais	16.733,6	10.919,5	-5.814,2	-34,7%
IV.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	206.200,6	203.356,8	-2.843,9	-1,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	117.201,7	117.634,8	433,1	0,4%
Discricionárias	88.998,9	85.721,97	-3.276,9	-3,7%
Memorando:				
Outras Despesas de Custeio e Capital*	777.969,4	375.183,3	-402.786,1	-51,8%
Outras Despesas de Custeio	689.081,3	339.102,3	-349.979,0	-50,8%
Outras Despesas de Capital	88.888,0	36.081,00	-52.807,0	-59,4%

* Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas e FIES.

No acumulado até outubro de 2021 contra mesmo período de 2020, a **despesa total sofreu redução de R\$ 461,7 bilhões (25,0%) em termos reais**. As principais variações foram:

- Créditos Extraordinários (-R\$ 309,2 bi);
- Apoio Fin. EE/MM (- R\$ 87,8 bi)
- Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 20,3 bi);
- Abono e Seg. Desemprego (- R\$ 16,5 bi);
- Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 13,6 bilhões; e
- Benefícios Previdenciários (- R\$ 4,8 bi).

Variações influenciadas diretamente pela redução nas despesas realizadas em decorrência da Covid-19.

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹ apurados pelo critério de "valor pago"

Brasil – 2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 apurados pelo critério de "valor pago" - Brasil - Mensal

R\$ Milhões - Valores Correntes

Discriminação	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	Acum. 2021
DESPESAS PRIMÁRIAS	2.023,4	1.061,3	5.170,7	11.848,5	16.119,6	12.744,0	19.314,4	15.240,1	13.254,5	12.016,6	108.793,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais - Ativo civil	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	61,0	103,2	40,3	16,5	507,0
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	69,1	20,2	60,5	10,4	74,4	51,2	61,0	103,2	40,3	16,5	507,0
II.3.3 - Apoio Fin. Municípios / Estados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.08 - Créditos Extraordinários (exceto PAC)	1.944,2	1.025,2	5.075,8	11.752,2	16.002,9	12.614,7	19.227,6	14.714,1	13.172,4	11.974,5	107.503,6
Ampliação do Programa Bolsa Família	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	279,1	77,6	337,0	9.028,8	8.919,1	8.713,1	8.477,3	8.463,4	8.163,4	8.034,1	60.493,0
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	346,0	47,8	29,3	208,0	1.428,3	1.888,9	2.418,8	1.192,1	137,3	6,7	7.703,2
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	1.243,2	256,1	1.971,4	1.367,6	3.830,6	449,7	1.681,0	2.924,1	2.864,5	1.508,8	18.097,0
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	-	-	-	-	-	-	5.000,0	-	-	-	5.000,0
Aquisição de Vacinas	75,9	643,7	2.738,1	1.147,7	1.824,9	1.563,0	1.650,5	2.134,5	2.007,2	2.424,9	16.210,4
II.3.19.27 - Demais Subsídios e Subvenções	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Concessão de Financiamento para Pagamento de Folha Salarial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa Emergencial de Acesso a Crédito - Maquininhas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.3.21 - Transferências Multas ANEEL	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferência para a Conta de Desenvolvimento Energético	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II.4.1.1 - Obrigatórias com Controle de Fluxo	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	15,4	405,7	16,9	8,3	634,1
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	0,8	5,6	25,7	67,6	25,9	62,2	15,4	405,7	16,9	8,3	634,1
II.4.2 - Discricionárias	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	10,4	17,1	24,9	17,3	148,5
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	9,4	10,4	8,6	18,2	16,4	15,8	10,4	17,1	24,9	17,3	148,5
DESPESAS FINANCEIRAS	125,0	0,0	250,0	0,0	0,0	10,0	58,0	58,6	0,0	25,0	526,6
DESPESAS TOTAIS "COVID-19"	2.148,4	1.061,3	5.420,7	11.848,5	16.119,6	12.754,0	19.372,4	15.298,7	13.254,5	12.041,6	109.319,7

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/pendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

relacionadas ao combate ao COVID-19¹

Brasil – 2020/2021 – valores nominais – R\$ Milhões

Monitoramento dos Gastos da União com COVID-19

Atualizado diariamente

2020

2021

26/11/2021

Última atualização

Até o mês de:

novembro

Pago Previsto

113,1 Bi **138,2 Bi**

0,0 Bi

113,1 Bi

138,2 Bi

Gastos com COVID-19 (R\$ bilhões)	Previsto	Pago	Saiba Mais
Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	64,90	60,50	MPs 937, 956, 970, 988, 999/2020, 1037, 1056/2021
Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda	11,67	7,70	MPs nº 935/2020 e 1.044/2021
Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito	5,00	5,00	MPs nº 977, 972, 997, 1.020/2020 e 1.053/2021
Financiamento da Infraestrutura Turística	1,92	0,53	MP nº 963/2020
Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios	28,49	20,24	Vide nota
Aquisição de Vacinas e Insumos para Prevenção e Controle	26,17	19,13	MPs nº 994, 1.004, 1.015/2020 e 1.048/2021
Total	138,15	113,10	

A previsão de gastos com o enfrentamento ao COVID-19 para 2021 é de R\$ 138,2 bilhões.

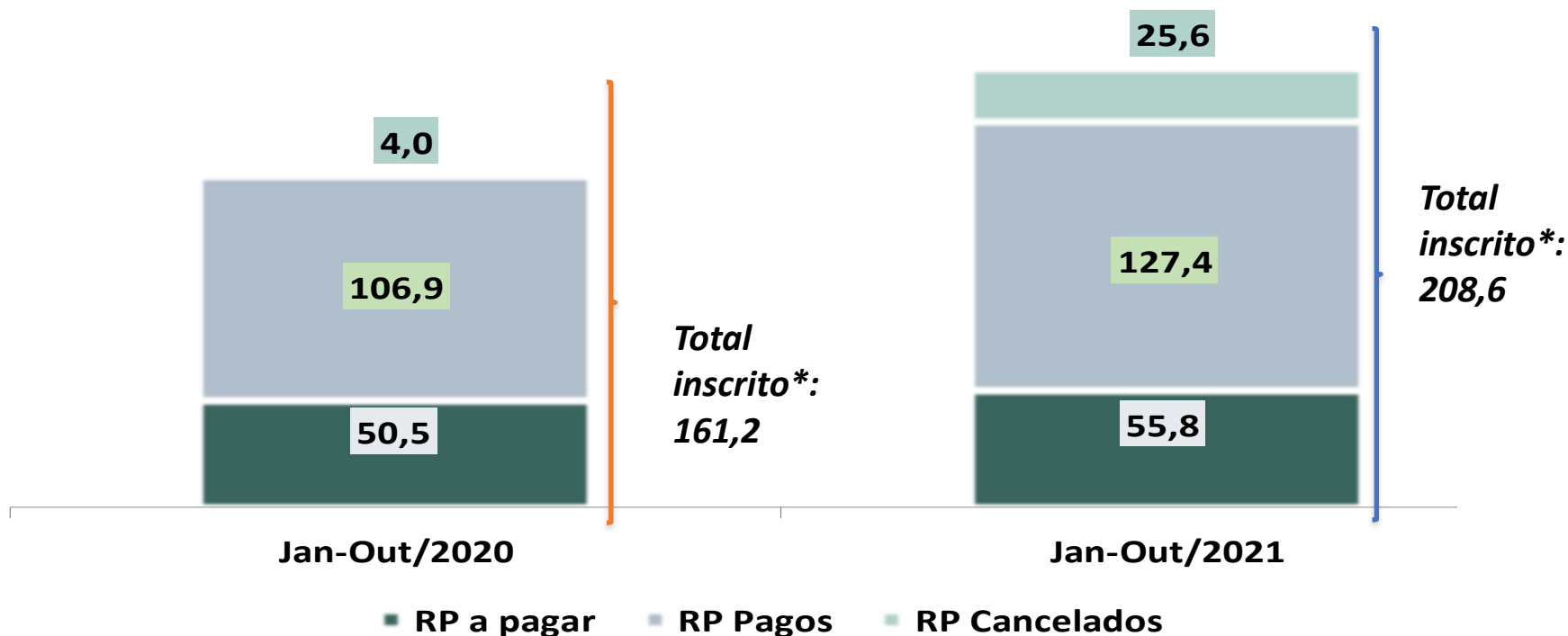
Desta dotação foram pagos, até o dia 26/11/2021, R\$ 113,1 bilhões.

1. Para detalhamento ver: <https://www.tesourotransparente.gov.br/visualizacao/painel-de-monitoramentos-dos-gastos-com-covid-19> e https://www1.siof.planejamento.gov.br/QuAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqlk04&anonymous=true&sheet=SH06

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2020/2021 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de **restos a pagar (RAP) pagos** (excetuados os RAP financeiros) até outubro de 2021 correspondeu a **R\$ 127,4 bilhões**, contra **R\$ 106,9 bilhões** no mesmo período do ano anterior.

Os **cancelamentos** até outubro de 2021 totalizaram **R\$ 25,6 bilhões** frente a **R\$ 4,0 bilhões** no mesmo período de 2020.

• Exclui Restos a Pagar Financeiros. Para informações adicionais ver:
<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/2021/114>

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

Pagamento total em 2020



R\$ 1.402.818.174.499,94

Limite Para 2021



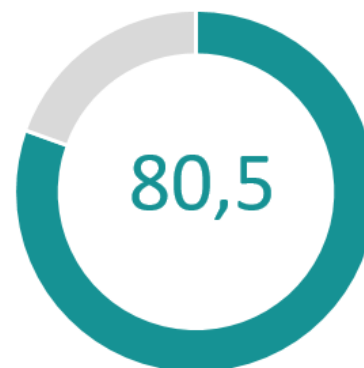
R\$ 1.485.936.445.066,36

Pagamento acumulado em 2021



R\$ 1.196.091.044.071,16

% do teto atingido



PAINEL DO TETO DE GASTOS



Pagamento total - Fluxo mensal (R\$)



Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2021 – R\$ Milhões – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão			
Discriminação	Acum. 2021	PLOA 2021 - valores máximos de programação (ADCT - Art. 107 § 3º)	% Executado
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.196.091	1.485.936	80,5%
II.1 Poder Executivo	1.147.586	1.421.604	80,7%
II.2 Poder Legislativo	9.406	12.837	73,3%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.401	6.166	71,4%
II.2.2 Senado Federal	3.425	4.539	75,5%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.580	2.133	74,1%
II.3 Poder Judiciário ²	33.550	44.189	75,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	493	660	74,7%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.125	1.550	72,6%
II.3.3 Justiça Federal	8.715	11.436	76,2%
II.3.4 Justiça Militar da União	421	557	75,5%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.648	7.536	74,9%
II.3.6 Justiça do Trabalho	14.858	19.495	76,2%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.150	2.754	78,1%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	141	201	69,9%
II.4. Defensoria Pública da União	411	559	73,4%
II.5 Ministério Público da União	5.139	6.747	76,2%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1, 3}	5.079	6.661	76,2%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	60	86	70,3%

As despesas sujeitas ao teto totalizaram **80,5% do limite estabelecido no PLOA 2021.**

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

Acompanhamento do Novo Regime Fiscal

Brasil – 2020/2021 – Preços Correntes

R\$ Milhões

Transferências e despesas primárias do Governo Central sujeitas ao teto da EC 95/2016, por Poder e Órgão				
Discriminação	Jan-Out		Variação Nominal % (b/a)	Margem de Enquadramento (PLOA)
	2020 (a)	2021 (b)		
II. DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016	1.151.426	1.196.091	3,9%	5,9%
II.1 Poder Executivo	1.103.195	1.147.586	4,0%	6,0%
II.2 Poder Legislativo	9.315	9.406	1,0%	10,6%
II.2.1 Câmara dos Deputados	4.343	4.401	1,3%	12,3%
II.2.2 Senado Federal	3.395	3.425	0,9%	9,3%
II.2.3 Tribunal de Contas da União	1.577	1.580	0,2%	8,3%
II.3 Poder Judiciário ²	33.362	33.550	0,6%	3,9%
II.3.1 Supremo Tribunal Federal	491	493	0,3%	4,8%
II.3.2 Superior Tribunal de Justiça	1.138	1.125	-1,1%	8,5%
II.3.3 Justiça Federal	8.519	8.715	2,3%	4,4%
II.3.4 Justiça Militar da União	416	421	1,1%	5,8%
II.3.5 Justiça Eleitoral	5.588	5.648	1,1%	6,1%
II.3.6 Justiça do Trabalho	14.949	14.858	-0,6%	2,6%
II.3.7 Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.113	2.150	1,8%	2,8%
II.3.8 Conselho Nacional de Justiça	148	141	-5,2%	2,1%
II.4. Defensoria Pública da União	401	411	2,6%	13,2%
II.5 Ministério Público da União	5.153	5.139	-0,3%	0,0%
II.5.1 Ministério Público da União ^{1,3}	5.095	5.079	-0,3%	-0,1%
II.5.2 Conselho Nacional do Ministério Público ¹	58	60	4,1%	3,3%

A **margem de enquadramento** é o **percentual de crescimento nominal** em 2021, na comparação com a despesa paga em 2020, das **despesas sujeitas ao teto** que cada poder/órgão pode apresentar para **cumprir o limite da EC 95**.

Em outras palavras, é o quanto a despesa de cada poder/órgão pode crescer de 2020 para 2021 sem que se ultrapasse o teto (base de 2016 atualizada pela inflação).

1. Considera a atualização dos limites do MPU e CNMP conforme Portaria nº 65, do Ministério Público da União, de 31 de agosto de 2020.

2. Considera o acréscimo de R\$ 294,3 milhões ao limite estabelecido para 2016, para o Poder Judiciário, conforme decisão do Acórdão TCU nº 362/2020.

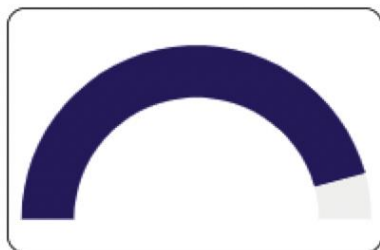
3. Conforme acórdãos nº 3072/2019 e nº 2828/2020 do Tribunal de Contas da União, está permitido um excesso de despesas em relação ao teto do MPU de R\$ 61,7 milhões para 2021. Esses valores serão compensados pelo Poder Executivo de forma a preservar o total do teto de gastos.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

← mês
Outubro de 2021

% da despesa coberta com a
receita considerada



105,04%

Margem de suficiência dos
últimos 12 meses

-92,12 Bi

Denomina-se Regra de Ouro os dispositivos legais que vedam que os ingressos financeiros oriundos do endividamento (operações de crédito) sejam superiores às despesas de capital (investimentos, inversões e amortização da dívida). Todos os valores expostos estão em bilhões de reais (R\$)

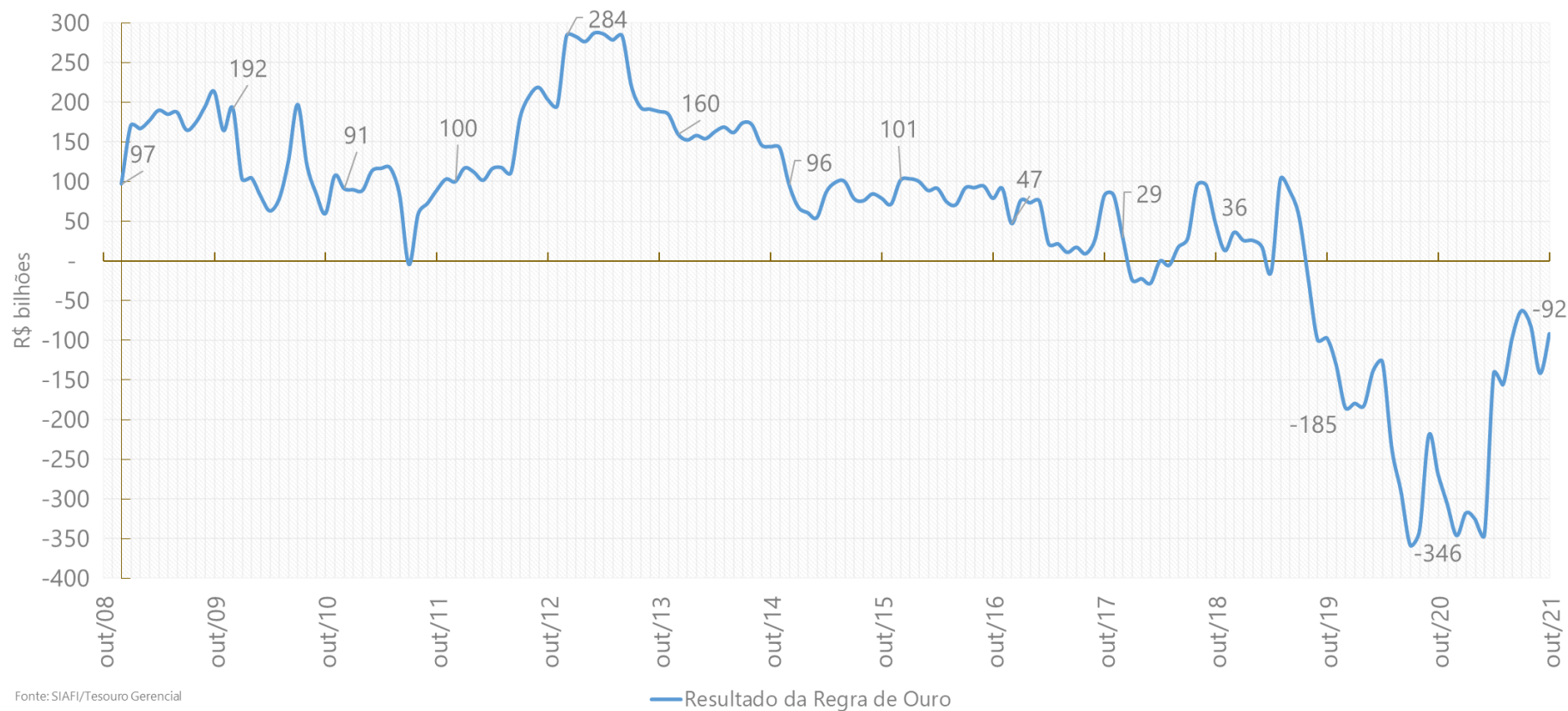
	No Mês	No Ano	12 Meses
Despesas de Capital	329,31 Bi	1.749,17 Bi	1.827,03 Bi
Receitas Consideradas	326,02 Bi	1.670,89 Bi	1.919,15 Bi
(+) Receitas de Operações de Crédito	201,46 Bi	1.847,99 Bi	2.203,16 Bi
(-) Variação do colchão da Dívida	-125,48 Bi	135,54 Bi	242,46 Bi
(-) Ressalva da EC 109/2021	0,92 Bi	41,56 Bi	41,56 Bi
Resultado	3,29 Bi	78,28 Bi	-92,12 Bi

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro: (Despesa de Capital – Receita com Op. de Crédito)
2008 a 2021: Acumulado em 12 meses – R\$ Bilhões – A preços correntes

Avaliação da Suficiência para Cumprimento da Regra de Ouro



No acumulado em 12 meses até outubro/2021, as receitas de operação de crédito superaram as despesas de capital em **R\$ 92,2 bilhões**.

O **cumprimento da Regra de Ouro** é verificado em **bases anuais** no Relatório Resumido de Execução Orçamentária.

Regra de Ouro

Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2021 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Contas	Cenário 2021
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b - c)	1.812,6
<i>Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)</i>	2.020,4
<i>(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)</i>	165,3
<i>(-) Dedução da EC n. 109, art. 3º, § 2º (c)</i>	42,6
Despesas de Capital (II)‡	1.799,8
<i>Investimentos†</i>	40,6
<i>Inversões Financeiras†</i>	68,5
<i>Amortizações</i>	1.690,7
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-12,8
Operações a serem ressalvadas PLN 9/2021 (IV)	93,9
Margem com PLN 9/2021 (V = III + IV)	81,1

‡ As Despesas de Capital são consideradas pela sua execução orçamentária, que corresponde às despesas liquidadas no exercício ou inscritas em restos a pagar não processados. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais onde, por exemplo, as despesas podem ser apresentadas por seus valores pagos.

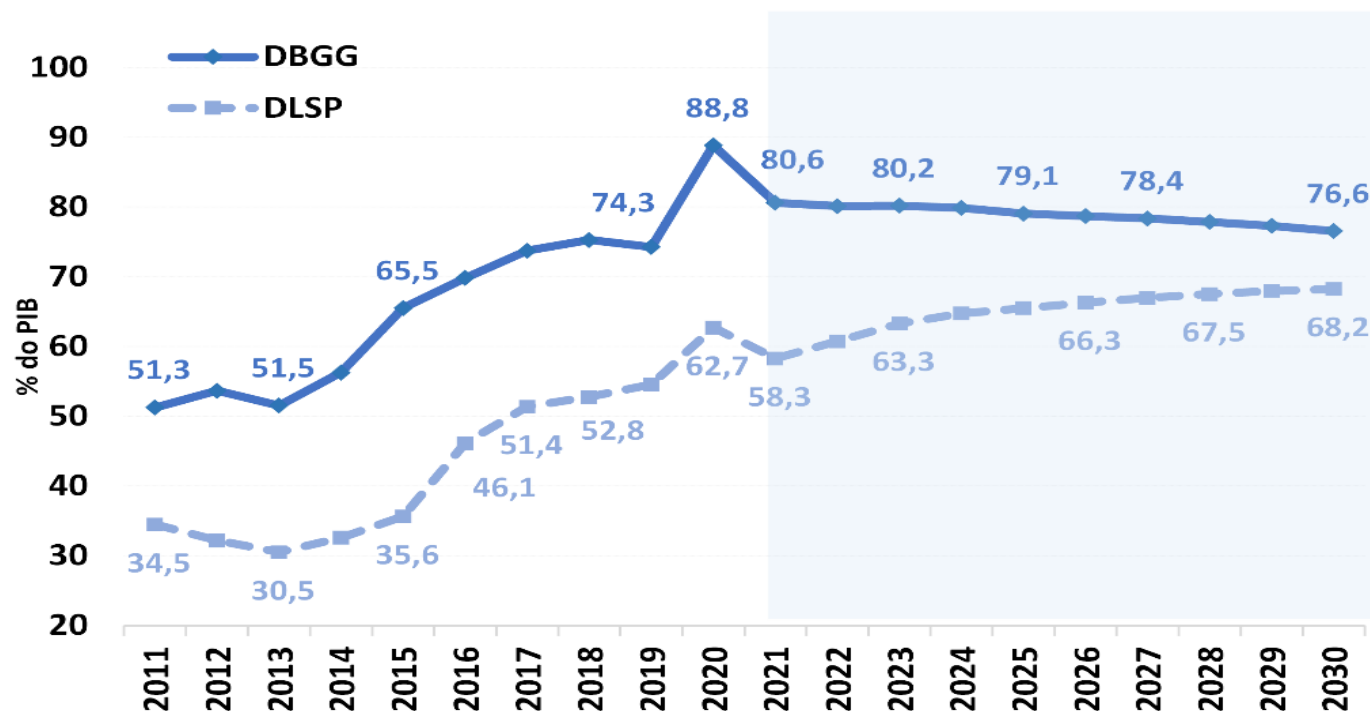
† A linha Investimentos corresponde à classificação orçamentária do Grupo Natureza de Despesa (GND) = 4, e a de Inversões Financeiras corresponde ao GND = 5. Esses valores podem diferir de outras estatísticas fiscais, onde parte das Inversões Financeiras, particularmente àquelas que afetam o resultado primário, são classificadas como Investimentos.

As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2021 apontam uma insuficiência a ser sanada com a aprovação de crédito suplementar que autorize a realização das operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, conforme o dispositivo constitucional.

O referido pedido de crédito suplementar foi enviado ao Congresso Nacional por meio do PLN 9/2021, com posterior ajuste por meio de ofício para o valor de R\$ 93,9 bilhões (ante os R\$ 164,1 bilhões originais).

É necessário manter os esforços para a consolidação fiscal, pois a regra de ouro seguirá como desafio para os próximos anos.

Perspectivas para a dívida pública brasileira



A DBGG/ PIB assume trajetória decrescente ao longo do horizonte de projeção, após reversão, em 2021, da maior parte dos impactos decorrentes da pandemia no endividamento público.

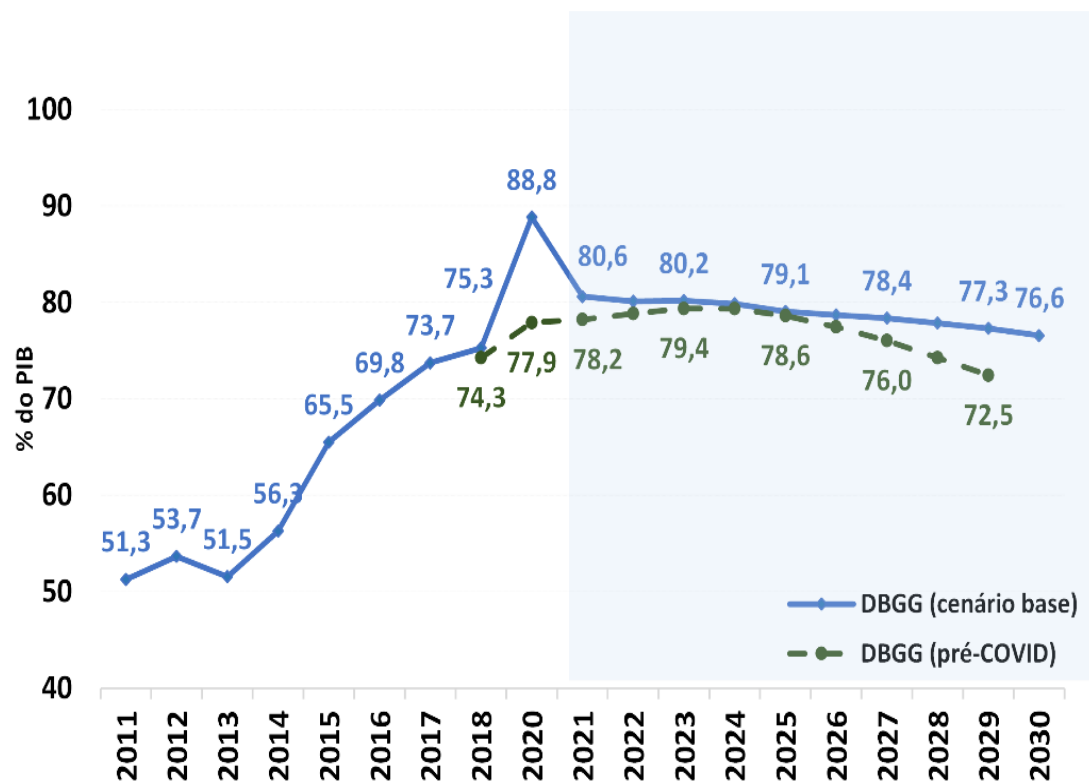
Parâmetros Macroeconômicos	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Média 2021-2030
Câmbio - final período (R\$/US\$)	5,20	5,50	5,50	5,30	5,20	5,20	5,25	5,30	5,36	5,41	5,47	5,35
Crescimento real do PIB (% a.a.)	-4,06	5,10	2,10	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,50	2,72
Deflator do PIB (% a.a.)	4,81	10,71	7,82	5,38	4,58	4,38	4,00	3,75	3,50	3,50	3,50	5,11
IPCA (% a.a.)	4,52	9,70	4,70	3,25	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,00	3,86
Taxa Selic média (% a.a.)	2,79	4,45	10,69	8,56	6,67	6,90	6,90	6,90	6,90	6,90	6,90	7,18
Resultado primário (% PIB)	-9,44	-0,25	-1,07	-0,45	0,20	0,71	0,79	0,96	1,13	1,26	1,49	0,48

Fonte: Parâmetros macroeconômicos: 2021-2025 – Grade de Parâmetros da SPE/SETO/ME de novembro de 2021; 2026-2030 – extrapolação da Grade de Parâmetros.

Parâmetros fiscais: STN

Panorama de endividamento mais benigno do que há um ano

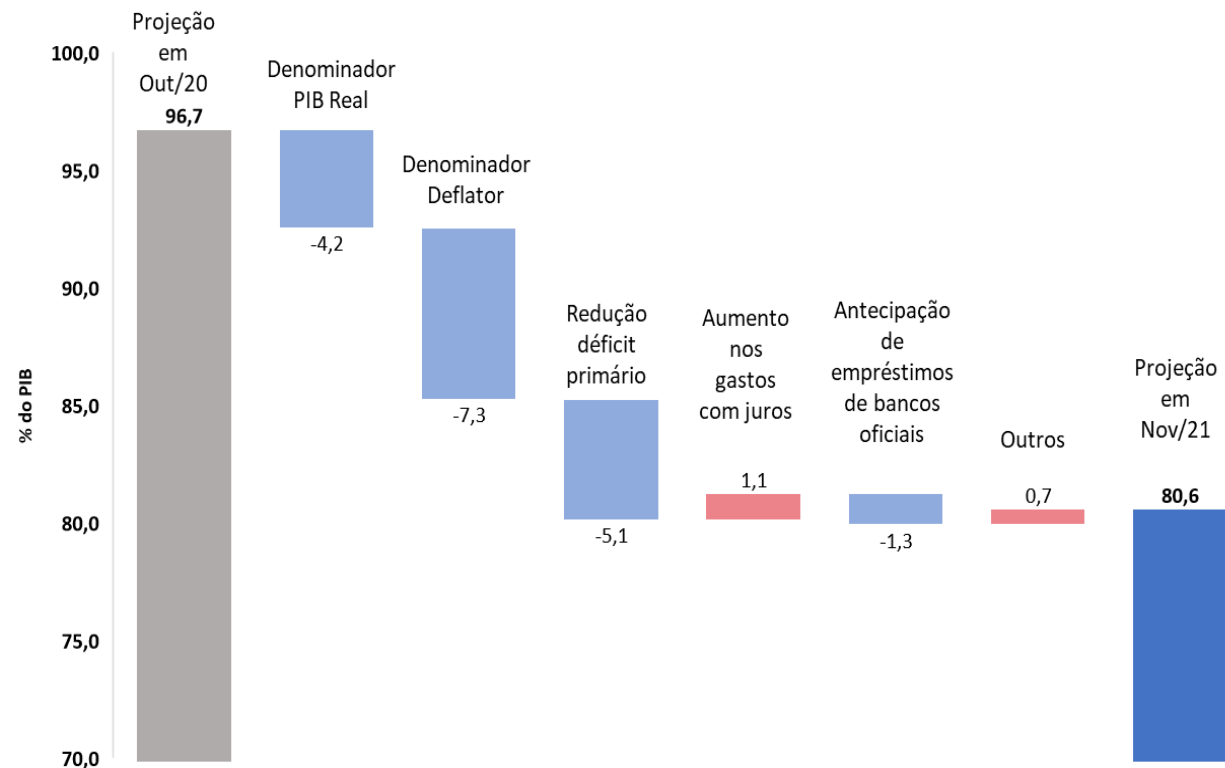
DBGG: Cenário atual versus pré-COVID* (% PIB)



* Trajetória da dívida publicada no RPDP de fev/2020, quando a expectativa de resultado fiscal era compatível com a LDO-2020 e as variáveis macroeconômicas ainda não refletiam os efeitos da pandemia.

Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/SETO/ME.

Projeção de DBGG/PIB para Dez/21: Expectativas em Out/20 versus Nov/21

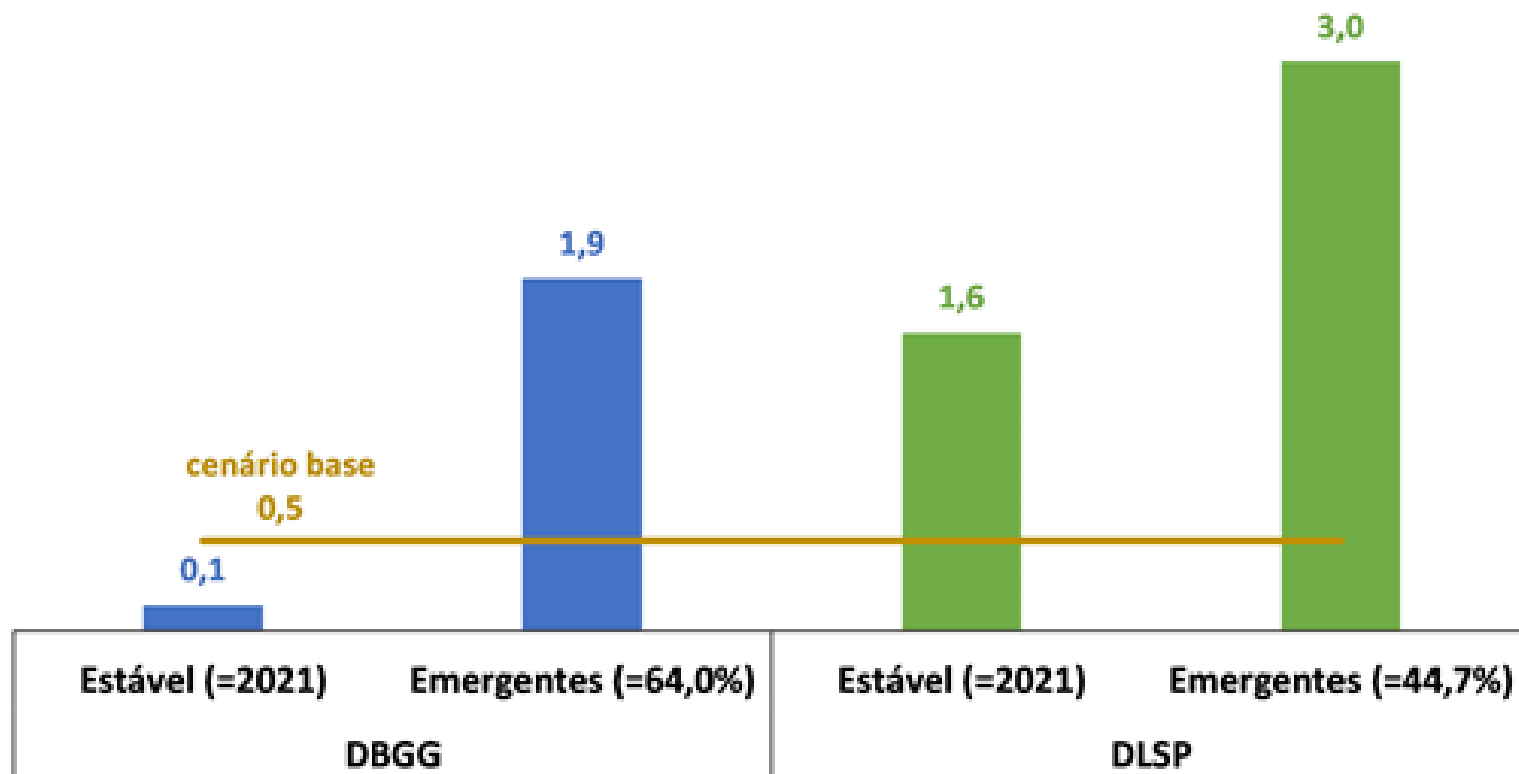


Fonte: Realizado, BCB. Projeções: STN/SETO/ME.

A melhora dos parâmetros de PIB e resultado fiscal, em relação à expectativa de 12 meses atrás, coloca o endividamento em uma trajetória próxima à que se projetava antes da crise de COVID-19

A redução da dívida/PIB requer contas públicas no terreno positivo

Primário médio requerido para diversos níveis de dívida até 2030 (% do PIB)



Conduzir a DBGG ao patamar médio dos países emergentes até 2030 demandaria um superávit primário médio de 1,9% do PIB, isto é, um ajuste fiscal de 1,4% do PIB por ano acima daquele que já está contemplado no cenário base (0,5 % do PIB)

Obrigado

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores Correntes

	Valores Correntes		Valores Correntes		Valores Correntes	
	Mês	Primário	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	out/16	40.872,1	out/08	95.851,9	out/11	100.841,8
2º	out/21	28.195,1	out/11	85.778,0	out/08	92.303,6
3º	out/08	14.867,3	out/10	62.827,3	out/10	75.410,9
4º	out/11	11.406,1	out/12	62.058,0	out/12	68.171,0
5º	out/09	11.234,9	out/07	61.198,7	out/07	55.071,5
6º	out/07	9.878,0	out/05	55.404,3	out/05	54.385,5
7º	out/18	9.508,7	out/06	54.875,3	out/13	52.342,2
8º	out/12	9.420,6	out/04	50.360,2	out/06	52.144,2
9º	out/19	8.683,7	out/03	42.676,1	out/04	46.764,2
10º	out/10	7.717,7	out/02	33.748,5	out/03	40.504,8
11º	out/06	6.850,4	out/13	29.412,2	out/02	29.690,6
12º	out/05	5.853,2	out/09	26.852,9	out/14	25.502,8
13º	out/17	5.073,3	out/01	25.795,0	out/01	25.099,7
14º	out/13	4.928,4	out/00	21.677,5	out/99	22.333,5
15º	out/04	4.741,9	out/99	21.334,3	out/00	20.507,6
16º	out/03	4.327,5	out/98	6.577,8	out/98	5.252,5
17º	out/02	3.797,3	out/97	3.126,0	out/09	2.439,4
18º	out/14	3.021,4	out/14	-17.244,1	out/15	-43.992,3
19º	out/01	2.381,0	out/15	-37.754,0	out/18	-92.024,3
20º	out/00	1.025,2	out/21	-53.403,8	out/19	-111.819,2
21º	out/99	505,9	out/16	-60.362,1	out/21	-115.793,6
22º	out/97	-769,3	out/19	-63.853,7	out/16	-143.110,3
23º	out/98	-1.467,5	out/18	-72.255,8	out/17	-205.406,5
24º	out/20	-3.418,6	out/17	-104.493,0	out/20	-712.076,1
25º	out/15	-13.189,8	out/20	-680.865,1		

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores de out/21

R\$ Milhões - Valores de Out/21 - IPCA						
	Mês	Primário Real (IPCA)	Mês	Acumulado Ano	Mês	Acumulado 12 meses
1º	out/16	51.756,0	out/08	205.361,2	out/08	197.616,9
2º	out/08	31.129,3	out/11	156.337,0	out/11	184.715,7
3º	out/21	28.195,1	out/07	138.425,2	out/10	146.926,4
4º	out/09	22.582,8	out/05	135.388,9	out/05	132.870,8
5º	out/07	22.008,3	out/04	131.906,1	out/07	124.320,0
6º	out/11	20.374,6	out/06	128.213,1	out/04	122.231,8
7º	out/12	15.958,3	out/10	121.750,2	out/06	121.740,8
8º	out/06	15.891,0	out/03	119.105,8	out/12	118.664,9
9º	out/10	14.746,9	out/02	108.547,2	out/03	112.762,8
10º	out/05	14.020,9	out/12	107.814,8	out/02	95.090,6
11º	out/04	12.081,7	out/01	89.684,7	out/99	88.678,0
12º	out/02	11.784,9	out/99	84.569,5	out/01	87.226,0
13º	out/03	11.782,8	out/00	80.391,5	out/13	86.759,4
14º	out/18	11.213,2	out/09	54.804,8	out/00	75.976,8
15º	out/19	9.987,0	out/13	48.514,4	out/14	42.546,6
16º	out/01	8.013,6	out/98	27.212,6	out/98	21.657,2
17º	out/13	7.888,1	out/97	13.408,9	out/09	3.987,5
18º	out/17	6.255,3	out/14	-25.295,1	out/15	-60.918,1
19º	out/14	4.537,0	out/15	-51.587,0	out/18	-110.400,8
20º	out/00	3.698,4	out/21	-55.407,0	out/21	-123.201,4
21º	out/99	1.946,4	out/19	-73.419,2	out/19	-130.045,2
22º	out/97	-3.247,1	out/16	-77.651,5	out/16	-188.764,7
23º	out/20	-3.783,5	out/18	-86.207,9	out/17	-257.155,6
24º	out/98	-6.069,5	out/17	-129.835,3	out/20	-802.944,7
25º	out/15	-18.017,2	out/20	-767.421,8		